



# **AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O POSTALIS**

## **MANIFESTAÇÃO DA ADCAP**

Brasília/DF, 09 de junho de 2015

# AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O POSTALIS

## MANIFESTAÇÃO DA ADCAP

### **1. Por que é importante debater a situação do Postalis?**

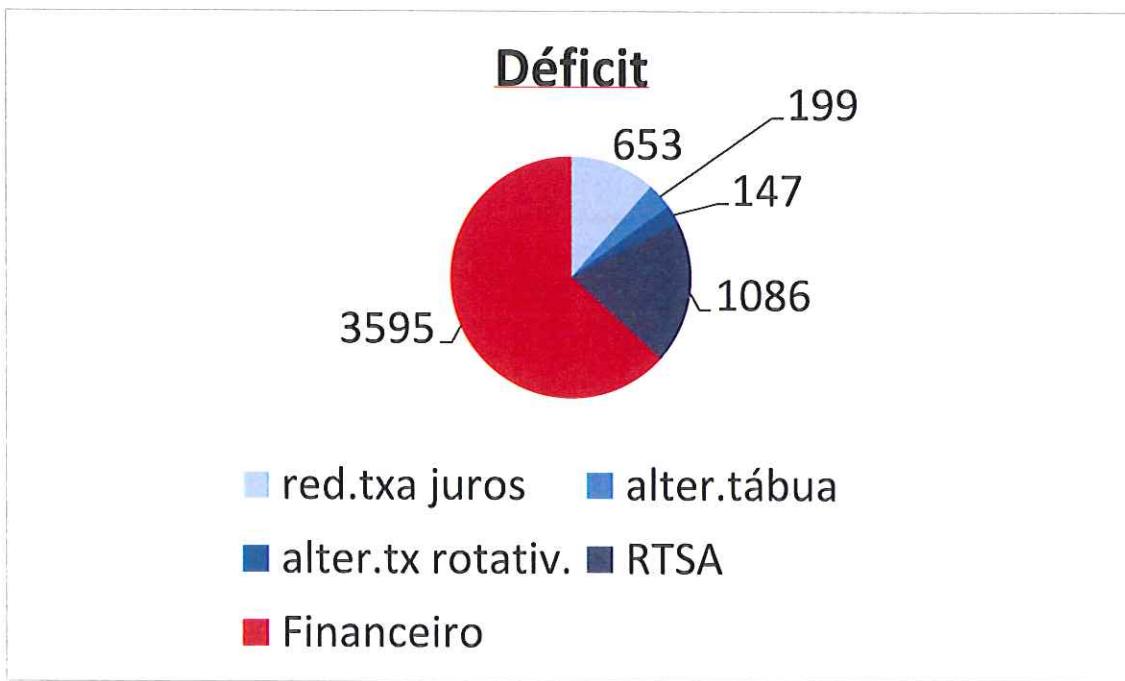
Entendemos que debater a situação do Postalis é muito importante pois o Postalis é o exemplo mais grave e emblemático dos problemas que afligem o sistema de previdência complementar brasileiro, em especial as instituições de previdência fechada, mantidas pelas empresas estatais, como: FUNCEF, PETROS, PREVI, POSTALIS e muitos outros. Todos com déficits bilionários, aplicações duvidosas nos mesmos grupos econômicos, mesmos atores dirigentes e contas pesadas para serem pagas pelos participantes.

### **2. Qual a situação do Postalis?**

O Postalis administra dois planos de previdência: 1. PostalPrev implantado em 2008, que está em formação/acumulação, com mais de 110.000 participantes; 2. Plano BD, instituído em 1981, fechado em 2005 e saldado compulsoriamente em 2008, com 70.000 participantes ativos e 22.000 aposentados.

A situação dramática se refere ao Plano BD saldado, que reuniu contribuições de mais de 90.000 participantes e dos Correios por quase 30 anos, atingindo um patrimônio atualizado em 2014 de 5 bilhões de Reais e um déficit atuarial- de 5,6 bilhões de Reais.

A profunda indignação dos trabalhadores é constatar que um plano saldado em 2008 (quer dizer equilibrado, sem déficits) em apenas 6 anos tem déficit superior ao seu patrimônio. A composição do déficit é: a) menos de 18% atuarial pura, b) 63% financeiro e c) há uma parcela relativa ao saldamento (RTSA) de 19% que a Patrocinadora (Correios) pagou por cinco anos e suspendeu os pagamentos em 2014.



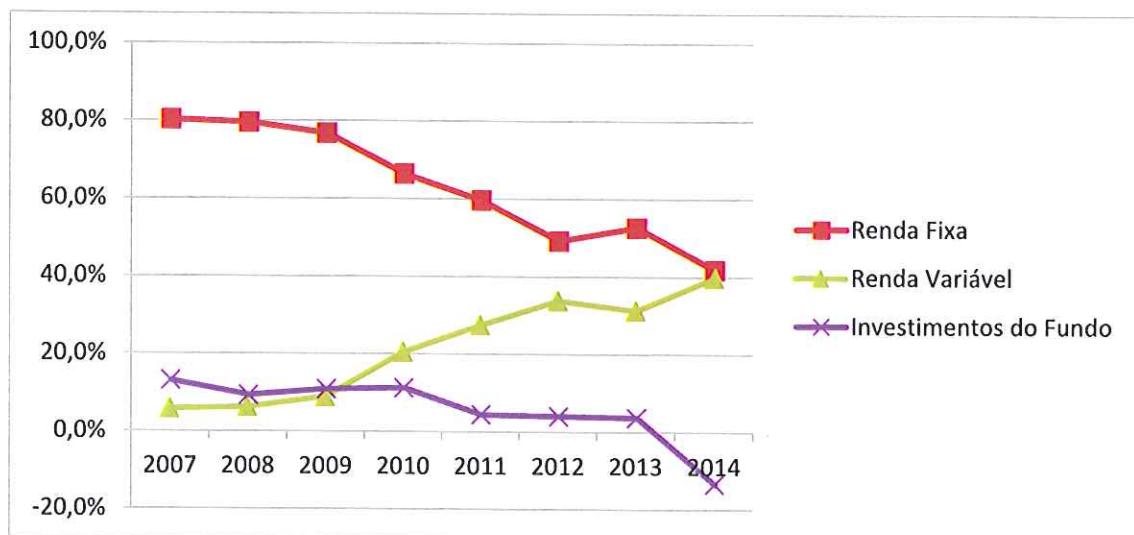
Ou seja, o valor astronômico de 5,6 bilhões de déficit é fruto de dois fatores principais: a) as aplicações temerárias e fraudulentas e b) a suspensão de pagamento de dívida da patrocinadora com o fundo. Em resumo, os trabalhadores se sentem roubados e ainda são chamados para pagarem a conta.

### 3. As aplicações financeiras foram temerárias

No quadro abaixo pode ser verificada a clara mudança de orientação dos investimentos do Postalis. Em 2007, ano anterior ao saldamento, 80% dos investimentos eram em renda fixa, com rendimento de 13,1% ao ano. Em 2014 representavam meros 41% enquanto aplicações em renda variável atingiram outros 40%. Algo pouco ortodoxo para um fundo saldado que não tem mais contribuições e que deveria ter suas aplicações com a maior segurança possível.

As aplicações foram temerárias e os rendimentos desastrosos. Mudaram de 13,1% positivos para 13,4% negativos! Isso é puro caso de polícia!

Ano	Percentual do Patrimônio Aplicado em		Rendimento dos Investimentos do Fundo
	Renda Fixa	Renda Variável	
2007	80,3%	5,8%	13,1%
2008	79,6%	6,3%	9,3%
2009	76,8%	9,0%	10,9%
2010	66,4%	20,5%	11,2%
2011	59,6%	27,5%	4,4%
2012	49,2%	33,8%	NI
2013	52,7%	31,3%	3,7%
2014	41,8%	39,8%	-13,4%



Comparando-se as aplicações do fundo BD do Postalis com os demais Fundos Fechados identifica-se que em títulos do governo federal o Postalis aplicou em média 5,0% enquanto os demais fundos aplicavam mais de 17%. Isso demonstra uma orientação para investimentos de risco muito acima do aceitável.

### TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL % sobre o total de investimentos

	2009	2010	2011	2012	2013
<b>BD Postalis</b>	<b>5,0</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>	<b>6,0</b>
<b>Sistema das EFPC</b>	<b>17,6</b>	<b>17,1</b>	<b>15,8</b>	<b>15,4</b>	<b>10,5</b>

#### 4. As aplicações financeiras foram fraudulentas

Ao longo dos últimos anos a imprensa tem noticiado suspeitas de aplicações duvidosas realizadas pelo Postalis. O quadro abaixo faz um breve resumo de algumas dessas aplicações. O que chama atenção dos trabalhadores, leigos em matéria de aplicação financeira, é a repetição de aplicações que viram pó, coincidentes entre os diversos fundos de estatais federais.

Do mesmo modo, os gestores, responsáveis pelas aplicações, se sucedem entre um fundo e outro, sinalizando para algo engendrado, coordenado por alguém superior.

Investimento duvidoso	Resumo	Valores envolvidos	Período	Atores Envolvidos	Veículo em que foi publicada a matéria
RAESA, New Energy e Multiner	Investimento com influência política	R\$ 342 mi	2006 a 2009	RAESA, New Energy e Multiner	Estado de São Paulo
SEC e relação polêmica com a Atlântica e Dirigente do Postalis	Investigação da SEC - fraude	US\$ 36 mi	2011	Atlântica	O Globo
Gestão do Diretor Financeiro demitido	Investigação da SEC - fraude	US\$ 46 mi	2012	Atlântica	Veja
BNYMellow e Lava-Jato	Investimentos com fraudes	R\$ 40 mi	Dez.12	BYMellow, DTW, Vaccari, Yuossef	O Globo
EBX e BVA	Investimentos no BVA e EBX	R\$ 127,5 mi (EBX) e R\$ 135,85 mi (BVA)	Jul.13	EBX e BVA	O Globo
Aplicações em desconformidade - Punição de dirigentes		Não informado	Ago.13	Banco Cruzeiro do Sul, Multiner, BVA, BMG e Banco Rural	Valor Econômico
BVA e EBX	Investimentos no BVA e EBX	R\$135,85 (BVA) e R\$ 127,5 mi (EBX)	Ago.13	EBX e BVA	O Globo
Grupo Galileo	Investimento de alto risco	R\$ 75 mi	Ago.13	Grupo Galileo, Universidad e Gama Filho e Universidad e	Revista EXAME
Nova Bolsa	Investimento de alto risco	R\$ 72 mi	Set.13	BYMellow, ATG, Risk Office	Valor Econômico
Aplicações em desconformidade - Punição de dirigentes		Não informado	Set.13	Banco Máxima	DOU
BNY Mellon - Títulos da Argentina, Venezuela e PDVSA	Investimentos com fraudes	R\$ 105 mi / R\$ 197,8 mi	Set.14	Atlântica (gestor do fundo), BNYMellow (responsável pela supervisão da gestão)	Folha de São Paulo

Investimento duvidoso	Resumo	Valores envolvidos	Período	Atores Envolvidos	Veículo em que foi publicada a matéria
Galileo, BVA, BNYMellow e Lava Jato	Investimento de alto risco	Já indicados	Out.14	Galileo, BVA, BNYMellow e Lava Jato	O Globo
Trendbank	Investimentos com fraudes	Não informado	Ago.14	Trendbank, BVA, Banco Plural, Petra, Planner e Santander	Valor Econômico
Rio Nave	Investimento de alto risco	R\$ 70 mi	Abr.15	Rio Nave	Veja
Cajamar	Investimento em imóvel para os Correios	R\$ 300 mi	2011 a 2015	Latam Real State New Zeland	Revista Época
Danúbio	Investimento de alto risco	R\$ 400 mi	dez/13 a nov/14	Danúbio e BNYMellow	Revista ÉPOCA
Créditos Privados	Aumento das Provisões para Perdas	R\$ 1,472 bi (total) e R\$ 875 mi (Créditos Privados)	out.14	?	Ata do COF 364º Reunião Ordinária
Sociedades Limitadas	Aumento das Provisões para Perdas	R\$ 1,481 bi (total) e R\$ 701,6 mi (Sociedades Limitadas)	nov.14	?	Ata do COF 365º Reunião Ordinária

## 5. A dívida do saldamento (RTSA) é da patrocinadora

Nesta parcela, que responde por mais de 1 bilhão dos 5,6 bilhões de déficit, há algo muito estranho nas decisões dos Correios. Por sua decisão unilateral, o Plano foi saldado em 2008 e, consequentemente, equilibrado. Essa decisão implicou um valor sob responsabilidade dos Correios que seria pago em cerca de 20 anos.

Após 6 anos de pagamentos feitos pelos Correios, em ano de ajuste fiscal e de resultados financeiros pífios, resolve suspender os pagamentos e desprovisionar os valores contabilizados, e, consequentemente, transferir a conta para os trabalhadores e aposentados.

Em nossa opinião, essa decisão está entre o limite do irresponsável e do crime contra a economia popular!

## 6. Os Correios e o Postalis têm dito mentiras sobre a situação dos trabalhadores e aposentados

Os Correios e o Postalis têm afirmado que os impactos para os empregados são da ordem de 6% do salário para 70% do público. O Presidente Wagner na última matéria do Valor falou em 60,00 Reais de desconto.

Mentira 1: Neste conjunto de informações desprezam 22.000 assistidos e pensionistas que terão descontos de 34,98% dos vencimentos (cerca de 1/3 dos salários);

Mentira 2: Esses 6% ou 60,00 Reais, ao mês, em valor presente, considerando os 186 meses de pagamento superam R\$ 13.000,00. Para o salário inicial do agente de Correios (carteiro) corresponde a mais de um ano de salário integral.

Mentira 3: Estes valores apresentados pela empresa terão correção mensal pelo INPC (neste ano 8%), ou seja, para os trabalhadores que têm correção de salário anual terão um desembolso crescente com impactos todos os meses, cada vez mais onerosos.

Os Correios e o Postalis têm dito que os problemas do fundo são de responsabilidade de administrações anteriores. Segundo eles, a administração atual está resolvendo os esqueletos.

Mentira 1: O Plano BD foi saldado compulsoriamente pela patrocinadora em 2008. Ou seja, foi equilibrado em seus passivos e ativos atuariais em março de 2008, não havendo déficits pendentes. Em apenas 6 anos de gestão o déficit atingiu 5,6 bilhões, valor maior que o patrimônio atualizado em cerca de 30 anos de acumulação do Fundo.

Mentira 2: O saldamento forçado, de responsabilidade da patrocinadora, foi feito pelo governo Lula, do mesmo partido do Presidente dos Correios e do Postalis;

Mentira 3: O Presidente dos Correios designou como Presidente do Conselho Deliberativo para a atual gestão (2011/2014 - atual presidente) o antigo diretor de segurança da gestão passada, da época do saldamento. Ou seja, não há gestão anterior e a atual é, na verdade, uma continuidade de gestão. São os mesmos atores.

## **7. Os trabalhadores denunciaram a situação de desmando no Postalis e pediram a intervenção da PREVIC**

Há um bom tempo a ADCAP vem alertando as instituições a respeito dos problemas do POSTALIS.

No ano passado, chegamos, juntamente com a FINDECT e a ANAPOST, duas outras entidades representativas dos trabalhadores dos Correios, a pedir à PREVIC que interviesse no POSTALIS. Na ocasião, fomos questionados por outras entidades, porque isso colocaria em risco o próprio fundo, que poderia ser liquidado a partir de uma intervenção. Isso não nos tirou da trilha de apontar sistematicamente a situação do POSTALIS e de rogar pela atenção e pelas providências das diversas instituições que poderiam agir para evitar que os problemas ficassem ainda mais graves.

Neste ano, os trabalhadores dos Correios foram apresentados à absurda conta que a malversação de investimentos e a incompetência geraram no Postalis - R\$ 5,6 bilhões, ou mais que os próprios ativos do fundo BD, então em torno de R\$ 5 bilhões.

Como já foi amplamente noticiado, o plano de equacionamento dessa montanha de dinheiro exigirá que se subtraia dos benefícios dos aposentados cerca de 26%, os quais se somarão aos 9% de contribuição especial que eles já pagam ao Postalis. Os aposentados terão, então, descontos de 35% por 15 anos e meio à frente. Para muitos deles, isso significa pelo resto da vida.

Os participantes ativos também terão uma despesa que muitos não suportarão. Pagarão cerca de 26% do valor dos benefícios a que terão direito quando se aposentarem durante os mesmos 15 anos e meio. Há muitos trabalhadores nos Correios que sairão do plano, abdicando dos benefícios apenas porque simplesmente não conseguem absorver essa despesa nova em seus orçamentos. Perderão, assim, a poupança que fizeram durante décadas para ter uma aposentadoria com alguma dignidade. Até algumas semanas atrás, mais de 2.500 já tinham pedido desligamento do plano. Nesse caso, o que poderão sacar quando se aposentarem corresponderá apenas a cerca de 15% do valor das respectivas reservas matemáticas, de acordo com o regulamento do plano. Perderão 85% do que teriam direito.

Isso é justo?

Onde estava nesse tempo todo a União, que deveria fiscalizar amiúde fundos de pensão de estatais, através da PREVIC, o órgão fiscalizador do sistema, e da própria ECT, que tem a dupla prerrogativa de indicar a gestão do fundo e de fiscalizá-lo?

Onde estavam os demais órgãos de controle - TCU, CGU, Polícia Federal, Ministério Público, que depois de muitos anos dessa situação no POSTALIS nada de concreto fizeram? E se fizeram, isso nunca nos chegou ao conhecimento.

Vivemos uma situação perversa. Nossa adesão ao fundo BD do Postalis foi compulsória, assim como foi também o saldamento. A patrocinadora decidiu instituir o fundo e o tornou obrigatório. Depois, decidiu saldá-lo e o fez sem nos dar outra opção. Colocou na direção do POSTALIS pessoas que produziram este rombo que hoje discutimos. E ainda quer que paguemos a metade do buraco bilionário que produziu?

Não faz sentido. E os trabalhadores não aceitarão passivamente mais esta imposição.

Que os patrões paguem por seus erros!

#### **8. Os Correios são responsáveis pelos gestores que escolheram e pela fiscalização que não realizaram**

A legislação vigente é clara e expressa quanto à responsabilidade do órgão fiscalizador e da patrocinadora. Os artigos 24 e 25 da Lei complementar 108/2001 definem que:

**A responsabilidade é da PREVIC:** “A fiscalização e controle dos planos de benefícios e das entidades fechadas de previdência complementar de que trata esta Lei complementar competem ao órgão regulador e fiscalizador das entidades de previdência complementar”

**A responsabilidade é dos Correios:** “As ações exercidas pelo órgão referido no artigo anterior não eximem os patrocinadores da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.”

Em nossa opinião os Correios, dada a natureza do déficit apontado, são de responsabilidade, quase integral, dos Correios, em razão do exercício do seu poder de mando e pela omissão do seu dever de fiscalização sistemática.

#### **9. O que a ADCAP defende no caso do Postalis**

Que a patrocinadora repare os prejuízos que causou aos participantes e aposentados, seja pelo exercício do poder de mando no Postalis, seja pela omissão no poder-dever de fiscalizar sistematicamente as atividades de seus gestores.

#### **10. A ADCAP defende, em resumo:**

1. Apuração e punição para os responsáveis pelos desvios no Postalis;
2. Fim da ingerência político partidária com a destituição da Diretoria e designação de apenas participantes e assistidos, sem interferências políticas;
3. Implantação de novo estatuto com novo modelo de governança, onde os participantes e assistidos tenham controle sobre as atuações da gestão;
4. Severa redução de custos da administração do Instituto;
5. Restrições na aplicação dos recursos do Fundo BD, preferencialmente, em títulos públicos.